

2º ENINTE RIO



ENCONTRO DE INTEGRAÇÃO DA CGU, CGM-RJ E TCM-RJ COM OUTROS ÓRGÃOS DE CONTROLE PÚBLICO

Rio de Janeiro 29 e 30 de junho de 2011

ANAIS



2º ENINTE RIO

**Encontro de Integração da CGU, CGM-RJ e TCM-RJ
com Outros Órgãos de Controle Público**

Rio de Janeiro • 29 e 30 de junho de 2011

Anais





Introdução

Ao realizar o 1ºENINTE, em junho de 2010, a Controladoria Geral da União – CGU e a Controladoria Geral do Município – CGM tinham como objetivo principal aprofundar as relações entre os órgãos de controle, aprimorando e estendendo, ainda mais, o processo que se iniciava, naquele momento, relativo à criação da Rede de Controle da Gestão Pública e de Controle Social no Estado do Rio de Janeiro, do qual ambas são signatárias.

Aquele Evento Técnico teve uma repercussão positiva muito grande para os profissionais que lidam com o controle da despesa pública, com um grau de aprovação, tanto na questão da infraestrutura, quanto aos aspectos técnicos das palestras, de seus objetivos e dos palestrantes, em torno de 98%. Todos esses fatos fizeram com que a CGM incluisse o ENINTE em sua grade anual de eventos técnicos e decidisse, em parceria com a CGU, realizar o 2ºENINTE, contando, desta vez, com a parceria, na sua coordenação, de mais um órgão de controle relevante, o Tribunal de Contas do Município – TCMRJ.

Objetivando ampliar a integração com órgãos de controle, foram convidados para o evento responsáveis pelos órgãos de controle interno de municípios da região metropolitana e alguns do interior do Estado do Rio de Janeiro. Compareceram representantes dos seguintes municípios: Queimados, São João de Meriti, Paracambi, Tanguá, Itaguaí, Guapimirim, Belford Roxo, São Gonçalo, Itaboraí, Nilópolis, Barra do Piraí, Piraí, Rio das Ostras, Macaé, Paty do Alferes, Miguel Pereira, Porto Real e Cabo Frio. Essa ação estreitou ainda mais a relação dos órgãos de controle, onde foi possível conhecer a realidade e as dificuldades de municípios menores ao exercerem suas funções de controle. Representando esses órgãos, a

Controladora Geral do Município de Piraí, Sra. Lenilda Braga, foi convidada a fazer parte da mesa de abertura do 2º ENINTE.

Ocorreram, durante os dois dias de evento, sete palestras sobre os mais variados enfoques relativos à atuação do controle. Marisa Pignataro, Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro falou sobre a transparência e participação social como ferramentas de prevenção da corrupção. Sávio Bittencourt, promotor de justiça e coordenador de integração e articulação institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, explicou a importância da integração entre o Ministério Público e os órgãos de controle – visão do Ministério Público Estadual.

Vinicius Panetto do Nascimento, procurador da República, apresentou a visão do Ministério Público Federal sobre o mesmo tema. Marcos Vinícius Brandão de Queiroz e Patrícia Monteiro, ambos da Procuradoria Regional da Fazenda da 2ª Divisão, fizeram suas considerações acerca da formatação institucional da procuradoria geral da fazenda nacional.

Fernando dos Santos Dionísio, Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro, explanou, de uma maneira geral, sobre a estrutura e as atividades da PGM.

Marcos Vinícius Pinto da Silva, Inspetor Setorial da 3ª IGE da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM RJ) apresentou a experiência relativa aos resultados obtidos no programa de visitas às escolas municipais.

Finalizando, Maurício Cabreira Esquerdo, Técnico de Controle Interno da CGM, lotado na Coordenadoria Geral da Análise da Despesa, apresentou os objetivos do Projeto Informações Estratégicas para o Controle (IEC).

O 2º ENINTE contou com 157 participantes entre servidores da CGM (93), funcionários de órgãos integrantes da rede de controle (21), representantes de Controladorias Municipais (21), palestrantes (9), Comissão Organizadora (6) e grupo de apoio (7). O evento teve um percentual de aprovação na avaliação geral de 99%.



Cerimônia de abertura

A solenidade de abertura do 2º ENINTE - Encontro de Integração da CGU, CGM RJ e TCM RJ com outros órgãos de Controle Público, ocorreu nos dias 29 e 30 de junho de 2011, tendo sido constituída a mesa de autoridades, na solenidade de abertura, com representantes dos seguintes órgãos de Controle:

Antônio César Lins Cavalcanti, Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro;

Marisa Pignataro, Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro;

Marco Antônio Scovino, Secretário de Controle Externo, representando o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro;

Lenilda Braga, Controladora Geral do Município de Pirai, representando as controladorias dos municípios integrantes do Estado do Rio de Janeiro convidados; e

Diva Maria de Oliveira Gesualdi, Presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro (CRC RJ).

A palavra inicial foi concedida à presidente do CRC RJ, Diva Maria Gesualdi: “É uma satisfação muito grande participar deste encontro, o 2º ENINTE. Tivemos a oportunidade de estar no primeiro e ficamos muito satisfeitos em saber que o movimento cresceu e que desta vez temos até outros municípios participando, numa interação bastante grande, porque de controle interno e externo é o que a sociedade precisa.

Nós precisamos ter a certeza de que tudo o que é arrecadado é bem aproveitado. Nada melhor do que auditores e controladores trabalhando juntos e nos dando a confiança e a certeza de que as propostas apresentadas estão sendo executadas. Então, parabéns por mais este evento. Com certeza ele trará frutos tão bons ou melhores do que o primeiro e, no próximo ano, esperamos estar juntos novamente, realizando mais um evento igual a este. Contem com o Conselho Regional”.

Em seguida, a Controladora Geral do Município de Piraf, Lenilda Braga, enfatizou a importância das parcerias entre o Tribunal de Contas do Estado e do Município, aliados aos órgãos de controle interno, ressaltando a importância do encontro por ter como objetivo a troca de experiências entre os órgãos participantes.

A seguir foi a vez de Marco Antônio Scovino, representando o conselheiro-presidente do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ressaltar a importância da junção das forças do Controle Interno e do Controle Externo. “Quero transmitir para vocês a preocupação do Tribunal de Contas - do presidente e dos funcionários -, no sentido de que, para nós, sem um controle interno forte nosso trabalho, também fica prejudicado.

O Tribunal vai fazer o possível, dentro da sua área de competência, dos seus limites, para tentar fortalecer não só a Controladoria Geral do Município, quanto passar uma mensagem a todos os controles internos dos municípios daqui do estado e do Brasil, através da Associação dos Tribunais de Contas, a ATRICON, que está fazendo um trabalho nesse sentido - de fortalecimento do controle interno -, principalmente porque a maioria dos municípios brasileiros não tem. Estão consolidando agora.”

Em continuidade, Marisa Pignataro, Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, enfatizou a importância da persistência, já que, segundo ela, muitas ideias e iniciativas boas se perdem no meio do caminho. “As pessoas não têm a persistência de levar adiante. Então, é um orgulho estarmos no 2º ENINTE, o que significa que passou

um ano e nós continuamos trabalhando sobre a mesma ideia de seguir controlando e integrando, sempre estimulados com esta persistência, com esta vontade de continuar lutando e investindo na ideia.”

Finalizando as palavras de abertura do evento, Antônio César Lins Cavalcanti, Controlador Geral do Município do Rio de Janeiro, agradeceu aos parceiros da Controladoria neste evento: Tribunal de Contas do Município, Controladoria Geral da União no Estado do Rio de Janeiro, convidados e os integrantes da mesa e todos os presentes.

Antônio César comentou a importância de se criar um ambiente de “não ao controle pelo controle”, mas o “controle pela finalidade”, não do controle, mas da administração. “Que os parceiros nos vejam como colaboradores, como alguém que pode auxiliá-los a fazer um trabalho melhor e ter um resultado satisfatório.”

Lembrou também da oportunidade, em dois dias, trocar experiências e ampliar o aprendizado. “O objeto de análise dos nossos órgãos são os mesmos, por isso, a troca de experiências e o conhecimento de técnicas e práticas adotadas contribuirão para o aperfeiçoamento dos serviços de controle prestados.”

Destacou o sucesso do 1º ENINTE: “Por isso é que estamos no 2º ENINTE. É prova de que temos um desafio grande neste segundo evento, que é fazer com que seja, no mínimo, tão proveitoso quanto foi o primeiro. Temos uma vantagem em relação ao anterior: a participação de outros municípios, o que ampliará a nossa troca de informações e experiências, potencializando mais a oportunidade de intercâmbio”.



Resumo das palestras



1º dia - 29 de junho de 2011





1ª palestra

TRANSPARÊNCIA E PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO FERRAMENTAS DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO (CGU-RJ)

por Marisa Pignataro

Marisa Pignataro é Chefe da Controladoria Regional da União no Estado do Rio de Janeiro, onde trabalha há 13 anos.

Dissertou sobre a transparência e a participação social como ferramentas na prevenção da corrupção, enfatizando: “Falamos agora, cada vez mais, da prevenção. Mais de prevenção do que de combate. Para ilustrar, citou o *Sermão do Bom Ladrão*, de Padre Antonio Vieira. “Não são só ladrões, os que cortam bolsas ou espreitam os que se vão banhar, para lhes roubar a roupa. Os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exércitos e legiões, ou o governo das províncias ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco, estes sem temor, nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados, estes furtam e enforcam...”.

Complementado, comentou que podemos fazer um paralelo do sermão com o nosso trabalho, pois “são os administradores públicos, que têm o poder, é que devem zelar pela boa aplicação do recurso público. Se esse recurso não for bem utilizado, com certeza as consequências são danosas. Por exemplo: quando escutamos que uma pessoa morreu na porta de um hospital, conseqüentemente, o dinheiro público foi mal cuidado. Não podemos deixar de refletir sobre estas questões.”.

Ao indagar sobre onde estaria o problema social da corrupção no Brasil, enquanto problema cultural, explicou que está na questão do “jeitinho”, de ser “esperto”, lesando alguém. “A corrupção é como um desvio de comportamento, como a inobservância de padrões, que distinguem o bem e o mal, o certo e o errado, o justo e o injusto. Será

que todos nós sabemos exatamente o que é ético? O que pode e o que não pode ser feito? ”.

Em prosseguimento, abordou que a corrupção pode ser tratada em três dimensões: cultural, ética e como questão institucional, no sentido de as instituições serem íntegras, cumpridoras das suas normas, leis e regras.

Para o problema cultural, informou que é preciso criar um ambiente de confiança e de integridade. “Passar a ser um valor social, cultural. Aquela questão do sujeito esperto que levava vantagem em tudo, em algum momento era considerado bacana. Hoje a sociedade já não admite isso. Foi feita uma pesquisa para levantar como os brasileiros viam a corrupção. Confiram que interessante: de 2421 entrevistados, 77% consideram a corrupção uma questão muito grave. Após o Governo Lula, outra pesquisa foi feita para saber como a população via a corrupção, se havia aumentado ou se, devido a mais investigações, controle e fiscalização, os índices teriam diminuído. Pois bem, 75% dos entrevistados responderam que aumentou a apuração dos casos escondidos, ou seja, não foi a corrupção que aumentou, mas a apuração dos casos escondidos. Isso é um fato positivo para a CGU, que vem trabalhando, levantando, e com liberdade de trazer os problemas à tona.”

Marisa enfatizou que as atribuições da CGU cresceram e, para atender estas vertentes, existem quatro secretarias: SFC – Secretaria Federal de Controle, que executa fiscalizações e auditorias; SPCI – Secretaria de Prevenção e Combate à Corrupção e de Informações Estratégicas, nesta Secretaria, onde são abordadas ações sobre transparência e participação social no controle dos gastos públicos; a Corregedoria Geral da União, órgão regulador das outras Corregedorias, que a ela estão vinculadas, tecnicamente; a Ouvidoria Geral da União (OGU).

Ligadas diretamente à Secretaria Executiva, existem as Controladorias Regionais da CGU, uma em cada estado da Federação, para atender as quatro atribuições. “Comentou que a regional Rio de Janeiro é a mais próxima dessa configuração da Controladoria Geral da União, pois temos a Corregedoria, Prevenção e Controle. Só não temos a Ouvidoria.”

Marisa comentou que o projeto Observatório da Despesa Pública, vinculado à Secretaria de Prevenção e Combate à Corrupção, já ganhou diversos prêmios, inclusive da ONU. Efetua o acompanhamento permanente dos gastos, usando os sistemas federais de diversas instituições, cruzando as informações desses sistemas. Tem atuado em parceria, fazendo cruzamento de dados de sistemas de outras instituições.





2ª palestra

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE – VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL (MPE)

por Sávio Bittencourt

Sávio Bittencourt é promotor de justiça e coordenador de integração e articulação institucional do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e dividiu sua explanação em duas etapas: na primeira, fez uma apresentação geral sobre o Ministério Público, como funciona e quais suas áreas de atuação; e, na segunda, dissertou especificamente sobre a área de controle e sua relação com os órgãos de mesma natureza.

Ele explicou que o Ministério Público do Estado (MPE) é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art.127, CF/88). Entretanto, ela é fruto de um crescimento histórico da necessidade de um ator social que tivesse a capacidade de controle, que tivesse a capacidade de fiscalização, que não estivesse à margem do poder político, o que torna o MP absolutamente diferente de todas as outras instituições que têm a mesma função em outros países.

Prosseguiu explicando que o MPE não é parte do Poder Judiciário, não exerce a jurisdição, não decide e não dá sentença. É uma parte qualificada pelo interesse público. O MPE que tradicionalmente nasce junto do Judiciário - embora não faça parte dele - e continua interagindo com o Judiciário, cada vez mais recebe instrumentos que permitem o desenvolvimento de defesas, de tutelas de bens jurídicos sociais importantes, através da sua própria atuação. Embora não tenha jurisdição para decidir, possui a capacidade de formalizar pactos que venham a resolver questões concretas de interesse social, de interesse público.

Portanto, nesse campo, acrescentou Sávio, o MPE se torna um parceiro estratégico, no sentido de que, havendo crime contra o patrimônio público,

daquilo que os órgãos de controle fiscalizam, o MPE terá interesse em saber, porque atuará criminalmente naquela seara.

É tradicional a participação cível, que se dá através de ações que têm o interesse público, sejam ações que defendam o interesse coletivo, que deveriam ser a tônica absoluta, sejam aquelas que tangenciam interesses individuais indisponíveis. Como exemplo de interesses de indivíduos, Sávio citou uma criança passando fome, uma criança abrigada sem família ou um idoso sofrendo maus tratos, ou que esteja em uma posição de vulnerabilidade tal que justifique a atuação da instituição para tirá-lo dessa situação. Há interesse público de que aquele cidadão seja atendido.

Explicou ainda que o MP não exerce a defesa de interesses pessoais disponíveis. Esses, são notadamente defendidos pelos advogados ou pela Defensoria Pública, para aqueles que não podem arcar com um advogado. O MP não faz patrocínio de causas particulares. Ele só atua na defesa do indivíduo quando interessa à própria coletividade.

Para encerrar, Sávio Bittencourt disse que o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tem promotorias específicas de tutela coletiva, tanto na área do meio ambiente, quanto do consumidor e da cidadania. É um dos poucos ministérios públicos brasileiros, talvez o único, que tem promotores específicos para lidar com inquérito civil e ação civil pública.





3ª palestra

A IMPORTÂNCIA DA INTEGRAÇÃO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E OS ÓRGÃOS DE CONTROLE – VISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL (MPF)

por Vinicius Panetto do Nascimento

Vinicius Panetto é Procurador da República e atua no Ministério Público Federal (MPF). Iniciou sua apresentação fazendo referência à palestra do procurador Sávio Bittencourt, que tratou a questão do perfil do Ministério Público Estadual (MPE). O MP não se limita mais à função apenas de acusar e buscar a condenação a qualquer preço. Segundo ele, esse não é o único papel do MP, sobretudo após o advento da Constituição de 1988. Mostrou também que não diferem muito os papéis do MPE e do MPF.

Na prática do MPF está a integração do Ministério Público na observância dos interesses da sociedade e dos interesses públicos com os órgãos de controle interno e os órgãos de controle externo. Apresentou alguns casos e diagnósticos, principalmente, porque atuou na Procuradoria da República do Rio de Janeiro, na função de defender o Patrimônio Público Social e mover as ações de improbidade administrativa, casos de dano ao erário, enriquecimento ilícito ou de violações dolosas aos princípios da administração pública.

Reforçando a importância para sociedade da integração entre Ministério Público Federal, Ministério Público Estadual, Militar e do Trabalho, Vinicius expôs também a formação da rede de controle da gestão pública e do Grupo de Trabalho para o Controle Social, nos quais, pela primeira vez, estão conhecendo ações desenvolvidas, nas quais o procurador aciona o órgão de controle. Excetuando-se essas experiências isoladas, seria um embrião do nascimento dessa nova forma de atuação do MP, que é de forma preventiva, concomitante, em uma obra ou em um serviço.

Enfatizou que o Estado do Rio de Janeiro vive um momento único,

pois vários eventos serão realizados até 2016. Esses eventos trarão mais investimentos, o que ocasionará um aumento significativo no número de empregos, do piso salarial. Ocorrerá mais envolvimento do MP brasileiro com os órgãos de controle externo e interno.

No caso da tragédia da Região Serrana do Rio, quando houve um deslizamento no início do ano com vítimas fatais e desabrigados, houve integração entre o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e os órgãos de controle interno e externo.

Concluiu a palestra ressaltando a importância desses dois eventos na cidade, que serão bons indicadores para o Rio, assim como a constituição da rede de controle. “Estamos caminhando corretamente. É o início de uma rede de controle, de um trabalho conjunto, um conhecimento pessoal e profissional, expressando não ser apenas um desejo pessoal e sim de todo Ministério Público Federal, que é a concretização dessas ações e de que sejam constantes, envolvendo a todos da rede com o sentimento de parceria.



ENCERRAMENTO DO PRIMEIRO DIA DE EVENTO

No encerramento do primeiro dia os participantes assistiram a uma apresentação musical, do Grupo Ciclo Natural com a construção de instrumentos feitos de materiais reaproveitados.





2º dia - 30 de junho de 2011





4ª palestra

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA FORMATAÇÃO INSTITUCIONAL DA PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA NACIONAL

por Marcos Vinícius Brandão de Queiroz e Patrícia Monteiro

Marcos Vinícius Brandão de Queiroz é procurador-regional da Procuradoria Regional da Fazenda da 2ª Divisão. Iniciou sua palestra apresentando a importância do encontro dos órgãos de controle e a oportunidade de participação da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN). Prosseguiu demonstrando os objetivos e quais as missões da PGF. Acrescentou que órgão está investindo em construir uma imagem e perfil cada vez mais voltado para a função de ser protagonista na justiça fiscal.

Para colaborar com esta nova imagem, a PGFN está se integrando com outros órgãos e outras instituições para conseguir realizar a função de participar de uma sociedade mais justa através da justiça fiscal.

O expositor fez um breve histórico de como surgiu a PGFN. Contou que na história da Procuradoria fala-se dos 'feitos' da Coroa, entretanto com a Constituição de 1988, a Procuradoria teve uma nova formatação: até então, ela tinha uma função, basicamente, de assessoramento do Ministro da Fazenda, uma consultoria jurídica ao Ministério da Fazenda e gestão da dívida ativa, mas, a partir de 1988, passa também a ter a função de representação judicial.

A Procuradoria da Fazenda Nacional tem vinculação administrativa com o Ministério da Fazenda e os seus membros são os procuradores da Fazenda Nacional, que são tecnicamente e funcionalmente vinculados à Advocacia Geral da União, explicando a atipicidade organizacional; com dupla vinculação.

Sobre as atribuições da PGFN, Marcos Vinícius afirmou que há três campos de atuação ilimitados e bastante amplos: o primeiro é a consultoria jurídica e a representação extrajudicial do Ministério da Fazenda; o segundo, braço da administração tributária, é o campo da gestão e cobrança da dívida

ativa da União. Um terceiro âmbito de atuação é o campo de representação judicial da União nas causas de natureza fiscal (como impostos de renda, PIS, COFINS, CSLL, IPI). Enfim, em todas as causas de natureza fiscal que tratam das questões tributárias, quem atua na defesa da União é a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

De acordo com o Procurador, o estoque da dívida ativa da União girava em torno de R\$ 800 bilhões, mas houve acréscimo, entre 2000 e 2009, de R\$ 125 bilhões. Isso é uma mostra clara, segundo ele, de que tributar mais em massa, gerando filtros eletrônicos etc., gerou a possibilidade de se ter arrecadação cada vez maior, o que acabou, também, em um estoque de dívida maior.

Em 2009, eram 7,7 milhões de inscrições em dívida ativa, ou seja, débitos que não são pagos administrativamente. Uma vez levados à inscrição, geram inscrições administrativas. Outro dado é que hoje mais de 50% dos processos judiciais são de execuções fiscais. Inscrições até 1996, 400 mil. Entre 1996 e 2006, foram 6,6 milhões de inscrições de dívida ativa. Houve um crescimento de 1.600%. Em 2009, os números de execuções fiscais em curso de responsabilidade da PGFN eram de mais de dois milhões de execuções. E a execução fiscal não se mostra plenamente eficaz para a cobrança do crédito, por isso coloca-se a representação de débitos vencidos há mais de cinco anos e representam 90% das inscrições. Há dificuldades de se fazer essa cobrança judicial.

Concluiu informando que algumas atividades econômicas escapam à tributação e são chamadas de economia das sombras. No Brasil, 42% estariam fora da formalidade, enquanto no Chile, por exemplo, 21% apenas estariam fora dessa formalidade. Ele afirmou que estamos vivendo uma tendência de “desjudicialização”.

Patrícia Monteiro é procuradora da Fazenda Nacional, chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional da 2ª região. Ela complementou a palestra abordando as divisões principais da Procuradoria: a DIGRA - divisão de grandes devedores - e a DIAES - divisão de acompanhamento especial. Lembrou que o Estado se preocupa muito em arrecadar, mas não dá a mesma atenção ao ato de gastar. O recurso ingressa nos cofres públicos, mas acaba saindo indevidamente, quando a licitação não é bem feita.

A competência da Procuradoria está prevista na Lei Complementar nº 73. Segundo Patrícia, na constituição existe a competência só na área da dívida ativa, para execução. Hoje, a Lei Complementar estabeleceu a atribuição não só da defesa, como também da consultoria. A Procuradoria, então, dá consultoria para o Ministério da Fazenda, órgãos autônomos e entes tutelados.

Patrícia Monteiro explicou que a Procuradoria se manifesta em todas as licitações do Ministério da Fazenda, porque está previsto na Lei nº 8666 a obrigatoriedade e a necessidade de que seja emitido um parecer jurídico. Esse parecer, via de regra, precisa ser prévio, para evitar que seja descoberto algum vício tardiamente, de maneira que já tenha ocasionado algum tipo de prejuízo para a União. Antes de iniciar a fase externa da licitação, o órgão que estiver fazendo a licitação deve submeter a questão à Procuradoria da Fazenda Nacional. A norma também se utiliza no âmbito do pregão.



Fernando dos Santos Dionísio
Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro

EMARTE RIO
TCMRJ



5ª palestra

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (PGM)

por Fernando dos Santos Dionísio

Fernando dos Santos Dionísio é Procurador Geral do Município do Rio de Janeiro. Em sua apresentação dissertou sobre a PGM e sobre como é realizada a análise de contratos.

A Procuradoria Geral do Município congrega atividades, tanto a parte de defesa do Município, da área tributária, como cobrança de dívida ativa ou qualquer outra matéria que afeta o Município, seja a área de pessoal, trabalhista, de patrimônio ou de serviço público.

Fernando Dionísio contou um pouco da história da criação da PGM, da cidade do Rio de Janeiro e da fusão do estado (Guanabara com Rio de Janeiro). Segundo ele, a fusão foi um acontecimento que trouxe certa complicação jurídica: "A fusão, em 1975, gerou uma série de problemas, tanto na área patrimonial como na de serviços públicos. Por exemplo: o serviço de metrô. Perguntamos é de quem, se a natureza é estritamente municipal? Outro serviço, de água e esgoto, que originalmente era feito pelo antigo Estado da Guanabara, depois da fusão continuou com o Estado do Rio. A cidade tem essa particularidade. Temos muitos questionamentos, por exemplo: o Aterro do Flamengo, a União afirma ser da Marinha. É uma área da Procuradoria da Fazenda Nacional, porque tem o SPU envolvido. Agora, se observarmos o decreto da fusão, foi entregue para o Município. Então, é complicado."

A PGM é responsável pelo Sistema Jurídico Municipal, que engloba toda a área jurídica do Município, da administração direta e da administração indireta. A administração direta e suas autarquias são representadas diretamente pela procuradoria, por força de lei. A administração indireta, as empresas, por exemplo, a PGM não representa. Elas têm o seu corpo jurídico próprio. Mas o controle

de todos os assuntos jurídicos tanto da administração direta quanto o da administração indireta, pertence à Procuradoria. Segundo a Lei Orgânica do Município, que é a Constituição Municipal, isto integra o Sistema Jurídico Municipal. A PGM é responsável pela defesa judicial e extrajudicial do Município. Toda e qualquer demanda administrativa, em que o Município seja parte, a PGM o representará.

Fazendo um balanço, Fernando informou que, excetuando-se as execuções fiscais hoje em andamento, o Município tem 55 mil ações judiciais de todos os tipos, sejam questões envolvendo pessoal, ou patrimônio; multas de trânsito, etc. No caso da administração indireta há, por exemplo, outro campo como a Empresa Municipal de Limpeza Urbana (Comlurb), que consta na grande maioria reclamações trabalhistas. Mas essa questão é representada pelo próprio corpo jurídico da Comlurb.

Informou que no caso da cobrança da dívida ativa, que totaliza, hoje, um milhão e cem mil execuções fiscais só na cidade do Rio de Janeiro, a Procuradoria do Município inteira tem um quantitativo de apenas 95 procuradores. “A União falou em dois mil procuradores na Fazenda Nacional. No caso da PGM só temos sete procuradores. O valor da dívida do município gira em torno de R\$ 24 bilhões”.

Acrescentou que, entretanto, a PGM está conseguindo fazer a recuperação da dívida ativa. Tanto que o município do Rio de Janeiro é o primeiro em arrecadação de dívida ativa. Hoje, a arrecadação está em cerca de 2% do estoque total. A média nacional de arrecadação é 0,8%. A arrecadação do município está entre R\$ 450 milhões a R\$ 500 milhões por ano. “O percentual ainda é baixo, mas há uma série de problemas”.

Comentou que a PGM tem tentado melhorar a arrecadação através de outros mecanismos, como levar imóveis para leilão, etc. Assim, há uma recuperação maior da dívida ativa. Também foi desenvolvido um programa para o Tribunal de Justiça, a execução fiscal eletrônica, que simplifica bastante.

A estrutura organizacional da PGM possui os Conselhos: o Superior, dos procuradores, cuja função é orientar as atividades do procurador geral; e o Consultivo, que é o do centro de estudos. Este centro de estudos, além de dar treinamento para os funcionários e procuradores,

organiza toda a parte de estagiário/residente, bem como congressos e encontros. Este centro tem também como atividade a edição das publicações ligadas ao Procurador Geral.

Existem a Chefia de Gabinete, a Assessoria de Comunicação Social, e a Sub-procuradoria, que é a responsável por toda a parte de contencioso de município e as seguintes áreas: Procuradoria Administrativa (PADN), responsável em dar consultoria e suporte jurídico nos trabalhos das secretarias; e a Diretoria de Patrimônio de Desapropriações (DPD), responsável por todo o processo de desapropriação, desde a avaliação do bem e a negociação com o proprietário, até a desapropriação. Esta área tem vivido situações muito difíceis devido aos vários projetos que estão sendo implementados, o que vem requerendo várias desapropriações. O maior projeto com desapropriação feito pelo no nosso município foi a Linha Amarela, que somou 1.032 desapropriações. Atualmente, são 5.000 novas desapropriações, aproximadamente. Não está incluído neste novo processo a desapropriação da Av. Presidente Vargas, que é considerado um processo antigo. São 5.000 desapropriações novas, com a TransOeste, que liga a Barra em direção à Santa Cruz; a TransCarioca, que liga a Barra em direção ao aeroporto, e a TransOlímpica, que vai ligar a Barra em direção à Deodoro. Por exemplo, na TransOeste são 3.000 desapropriações e na TransOlímpica 1.200 desapropriações.

Ainda dentro desta ação estão previstas, para 2012 e 2013, mil e quinhentas imissões de posse por ano. Existe também o PTA, que é a parte trabalhista e responsável pelos servidores celetistas. O PTA também cuida dos acordos coletivos, convenções coletivas das empresas, etc. A PUB é uma procuradoria de urbanismo e meio ambiente. A PTR é a procuradoria tributária: defende os interesses de município em ações que contribuintes movam contra o município. A PTE, de pessoal, que cuida da parte de servidores ativos, não os celetistas.. O CA é responsável pela administração da casa.

Fernando Dionísio terminou sua palestra mostrando mais números da PGM. "Temos 95 procuradores, 200 estagiários. Servidores, que são chamados de Auxiliares da Procuradoria são 350. O resto é atividade terceirizada. A procuradoria tem o seu orçamento próprio, sua própria fonte."





6ª palestra

PROGRAMA DE VISITAS ÀS ESCOLAS MUNICIPAIS

por Marcos Vinícius Pinto da Silva

Marcos Vinícius Pinto da Silva é Inspetor Setorial da 3ª IGE da Secretaria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCM RJ) e professor de história com MBA em Controle Externo pela FGV. Ele falou sobre o programa de visitas às escolas municipais.

A inspetoria de Marcos Vinícius trabalha com a área de educação. O projeto vem sendo desenvolvido pelo tribunal desde 2004, e se chama “Programa de Visitas às Escolas”. Inicialmente, em 2003, a inspetoria autorizou um trabalho específico nas escolas, fora as inspeções e análises processuais que já se fazia. Foram chamados alguns professores e diretores de escola para saber suas demandas. E assim foi organizado o grupo.

Informou que o orçamento da Secretaria Municipal de Educação para este ano é de cerca de R\$ 3,5 bilhões, dividida em dez coordenadorias, que são divisões distribuídas em vários bairros. Essas coordenadorias são integradas, em média, em 100 escolas.

Marcos Vinícius apresentou slides com informações sobre o último ano de gestão do prefeito anterior. Analisou também o período do atual prefeito. Apesar de não ser uma auditoria operacional e nem de conformidade, foram utilizados as mesmas técnicas. O programa tem como foco principal as escolas que oferecem do sexto ao nono ano, que são as escolas do segundo segmento, porque trabalha questionários e avaliações dos alunos. Os alunos do sexto ao nono ano têm maior discernimento para responder as questões do tribunal.

O relatório é feito mensalmente por uma coordenadoria que é visitada. E ao final do ano, há um relatório de toda a gestão, compreendendo as dez coordenadorias. Esse programa de visita tem como característica

destacar temas para as auditorias operacionais. Ou seja, como o técnico do Tribunal está sempre visitando as escolas, quando ele encontra alguma coisa que está diferente, como por exemplo: “Fizemos uma inspeção específica na área de Educação Física porque os técnicos visitaram as escolas e verificaram que havia problemas nas aulas de Educação Física. Apontamos para a Inspeção, que fez uma auditoria nas aulas de Educação Física”.

Explicou sobre a viabilidade do programa, acrescentando que há uma formação acadêmica multidisciplinar. Na inspeção do Tribunal há professores de História, jornalistas, publicitários, engenheiros, contadores etc. Então, todas essas áreas puderam dar opinião sobre o programa. Depois houve a criação do sistema Estatísticas e Dados, que engloba todos os dados que são coletados na escola. “Sem esse sistema, esse programa não teria o sucesso que está apresentando”, acrescentou. O objetivo desse programa é verificar as condições gerais da escola: estrutura física, merenda, segurança, limpeza, corpo docente e discente. E também a construção de indicadores na área de educação.

Para que o sistema fosse desenvolvido, foi necessária uma base estatística. A Universidade Federal do Rio de Janeiro foi contratada para mostrar os dados referentes às escolas que seriam visitadas e a criação dos papéis de trabalho que seriam utilizados no programa.

Dados estatísticos

Em 2010, foram visitadas 195 escolas, entrevistados 2.391 alunos, 997 professores, 997 pais. A margem de erro para as visitas às escolas é de 5%. Para entrevistas com alunos, 2% para entrevista com professores e pais, 3%. Já o nível de confiança da pesquisa, segundo a UFRJ, é de 95%.

Das primeiras dez escolas visitadas, 102 alunos, 56 professores e 56 pais foram entrevistados.

Planejamento

Após selecionadas as escolas, que foram sorteadas aleatoriamente, é feito um levantamento de informações sobre elas.

A pesquisa é bem explicitada para o professor. Por exemplo: não adianta preencher o questionário pensando em outra escola que tra-

balhe. Tem que ser respondido o questionário focado na escola que está sendo visitada pelo Tribunal. No questionário aplicado aos alunos do segundo segmento há vários itens, desde a merenda, se o aluno se sente seguro na escola, se existe falta de professor, utilização do laboratório de informática, da biblioteca etc. O questionário também é distribuído para os pais do aluno, cuja média de retorno, atualmente, é de 35%, o que é considerado bem alto.

Marcos Vinicius concluiu informando que vários municípios estão solicitando esse sistema de controle do TCM. Aproveitou a oportunidade para informar que os municípios que tiverem interesse em obter o sistema acessem o site : www.tcm.rj.gov.br .





7ª palestra

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CONTROLE

Por Maurício Cabreira Esquerdo

Maurício Cabreira Esquerdo é Engenheiro Civil, Tecnólogo em Processamento de Dados, tem MBA em Gestão de Negócios, Técnico de Controle Interno da CGM, onde atua como Assistente da Coordenadoria Geral da Análise da Despesa. Maurício atua no Projeto Informações Estratégicas para o Controle (IEC). Ele dissertou sobre como esse trabalho se estruturou, se organizou e informou que alguns produtos foram gerados em 2010, quando a CGM incluiu no seu planejamento estratégico uma ação, que tinha como objetivo implementar monitoramentos a partir do cruzamento de informações dos sistemas da Prefeitura. A Coordenadoria Geral de Análise de Despesa foi designada como responsável por essa ação. Informação Estratégica para o Controle é um conceito utilizado pela CGM, que gera dois tipos de informações gerenciais, que são normalmente agregadas, e consolidadas, que têm por objetivo portar o gestor municipal na administração da coisa pública.

O objetivo é subsidiar as ações de controle e viabilizar a implementação de monitoramento. Busca-se um contrato, um pedido, pagamento de uma fatura e muitas vezes essa informação pode ser sensível, porque ela está apontando para o indício de fraude, de erro e de desvio. Acrescentou que: “é preciso ter uma preocupação muito grande com relação à segurança dessa informação e deve-se viabilizar e implementar o monitoramento, que é o objetivo final do projeto. E o primeiro passo foi observar quem estava fazendo um trabalho parecido, que órgão trabalhava com informação e quem estava trabalhando com monitoramento. Houve dois intercâmbios: com a CGU, o Observatório da Despesa; outro com o TCU (projeto Síntese) e também o trabalho da Secretaria de Fiscalização de Tecnologia da Informação (SEFTI), que ajudaram na estrutura do trabalho desenvolvido na CGM. A equipe acreditava no uso da Tecnologia da Informação (TI), fundamental para o aprimoramento do sistema de controle interno”.

Maurício Esquerdo listou outras premissas do trabalho desenvolvido por sua equipe: na CGM há profissionais capacitados e com experiência e a importância da criação de um método de trabalho de monitoramento que tinha que ser contínuo e crescente. “Há uma receita, um guia, e se há esse método, tudo fica mais fácil. Outra coisa importante: quando se documenta algo e coloca no método, há uma institucionalização daquela forma de trabalhar. Se a equipe não estiver mais presente, a CGM pode tocar esse trabalho com qualquer outro servidor. Então, isso norteou o trabalho.”

Para organizar o trabalho, primeiro criado o Projeto IEC. Houve uma divisão em projetos menores. O primeiro projeto trabalhado foi o de infraestrutura. Trata-se de criar condições mínimas de trabalho para a equipe, desde procedimentos de trabalho de tecnologia, até a disponibilização de softwares com os quais a equipe pudesse trabalhar. A partir da execução da infraestrutura, dividiu-se por temas de trabalho.

O primeiro tema trabalhado foi “gêneros alimentícios”. Em seguida, outro tema escolhido foi “obras”, em função da importância do momento que o município vive. Um terceiro tema foi “compras e contratações”.

Maurício explicou que, para organizar cada um desses projetos, busca-se a técnica de gerência de projeto; cria-se um objetivo e um escopo definido e, então, se define quais os produtos que irão ser gerados ao longo do processo. Cria-se um cronograma detalhado do projeto, com todas as atividades necessárias, interligadas, linkadas, com precedências, com recursos. E esse cronograma detalhado passa a ser uma ferramenta de gestão. Isso é gestão de conhecimento. A partir do momento que se implementa esse monitoramento, o resultado vai gerar para a Controladoria informações que permitirão estar constantemente revendo o planejamento estratégico da própria Controladoria e o planejamento operacional.

Hoje, os monitoramentos do projeto de gêneros alimentícios foram priorizados. A CGM já definiu tudo o que pretende monitorar com relação ao tema “obras”. São 36 situações de controle que foram priorizadas. No tema de compras e contratações, a CGM está terminando a definição do que deve ser monitorado. São cerca de 40 situações de controle a acompanhar.

Maurício Esquerdo finalizou demonstrando a metodologia do projeto. Informou que ela está estruturada em etapas e, uma vez pronta, será um guia para monitoramentos dentro da CGM.



MOMENTO DE DESCONTRAÇÃO

Entre a 6ª e 7ª palestras do 2º ENINTE, os participantes foram brindados com a apresentação de parte do coro da Orquestra de Vozes Meninos do Rio, da Escola Municipal Grandjean de Montigny, que, no total, conta com cerca de 1.000 vozes. O projeto existe na rede há 13 anos. Ele tem a regência do maestro Júlio Moret, foi representado pela professora Márcia, que trabalha internamente com o grupo. Após apresentação, a Assessora-Chefe da Assessoria Técnica de Estratégia e Relações Institucionais de Controle da CGM, Marcia Andréa Peres e o controlador agradeceram a apresentação.





2º ENINTE RIO

REALIZAÇÃO

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro
(Antonio Cesar Lins Cavalcanti - Controlador Geral)

Controladoria Geral da União no Estado do Rio de Janeiro
(Marisa Pignataro - Chefe da CGU-RJ)

Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
(Thiers Vianna Montebello - Conselheiro-Presidente)

APOIO

Grupo de Trabalho para o Controle Social do Estado do Rio de Janeiro (GTCS)

ORGANIZAÇÃO

Marcia Andréa dos Santos Peres (CGM-RJ)
Marcelo Paluma Ambrozio (CGU-RJ)
Carlos Augusto Werneck (TCM-RJ)
Marcos Mayo (TCM-RJ)

ANAIS

Controladoria Geral do Município do Rio de Janeiro **Edição**
Assessoria de Comunicação Social **Projeto Gráfico e Editoração**

Margarete Ramos e Ayslan Loyola (CGM-RJ) **Resumos**
Alexandre Mendes Martins (CGM-RJ) **Revisão**
Rogério Lessa Benemond **Revisor Ortográfico**
Eliane Carvalho e A. F. Rodrigues **Fotos**



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Eduardo Paes **Prefeito**
Carlos Alberto Vieira Muniz **Vice-Prefeito**

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

Antonio Cesar Lins Cavalcanti **Controlador Geral**
Márcia Maria Alves Pinheiro **Subcontroladora de Integração de Controles**
Carlos Maurício Borup Bakker **Subcontrolador de Gestão**

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Margarete Ramos **Assessora-Chefe**
Ayslan Loyola **Assessor-Assistente**
Daniel S. Barros **Design e Editoração**
acs.cgm@pcrj.rj.gov.br

Realização:



Apoio:



PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

R. Afonso Cavalcanti, 455 sala 1409 - Cidade Nova - CEP 20211-901
Rio de Janeiro

<http://www.rio.rj.gov.br/web/cgm>